



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 12 de novembro de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,03% São Paulo	130.341	R\$ 5,769 (+ 0,59%)	R\$ 1.412	R\$ 6,147	11,15%	11,32%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53
0,69% Nova York	127.874						

CORTE DE GASTOS

Haddad garante pacote até o dia 14

Conjunto de medidas fiscais é aguardado pelo mercado, causa racha no PT e enfrenta resistência dentro do governo

» RAFAELA GONÇALVES
» ISRAEL MEDEIROS
» MAYARA SOUTO

O esperado pacote fiscal entrou na terceira semana de discussões e continua sem uma data para ser anunciado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu, na noite de ontem, que o tamanho do corte está definido e delibere antes do feriado de sexta-feira (15). Segundo ele, houve reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no fim de semana, e haverá mais reuniões hoje e amanhã para ajustes e encaminhamentos.

“É natural que haja o debate. Nós estamos vivendo numa democracia, felizmente, é natural que haja um debate. Nós estamos muito seguros do que estamos fazendo. É para o bem dos trabalhadores”, disse.

De acordo com o chefe da equipe econômica, as discussões com os ministros ocorreram também no fim de semana no Palácio do Alvorada. Hoje, ele deverá ter uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e, à tarde, voltará a se reunir com Lula para dar o encaminhamento final do pacote. Haddad afirmou que pretende concluir a decisão final até amanhã, e sinalizou o anúncio do pacote até quinta-feira (14).

Hoje, o chefe do Executivo tem nova reunião com os ministros mais resistentes ao pacote: Luiz Marinho (Trabalho), Carlos Lupi (Previdência), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Nísia Trindade (Saúde), provavelmente para comunicar os cortes em cada pasta. No fim do dia, Lula ainda se reúne com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

A expectativa é de que a definição sobre o tamanho do corte de gastos seja apresentada antes

Raphael Pati/CB/D.A Press



Ministro da Fazenda informou que, no fim de semana, houve reunião ministerial no Alvorada e ele pretende finalizar as medidas até amanhã

quinta-feira, dia da viagem de Lula ao Rio Janeiro, onde ele presidirá a cúpula do G20 — grupo das 19 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. O evento ocorrerá entre os feriados dos dias 15 e 20 deste mês.

Haddad afirmou ainda que “houve ajustes e aperfeiçoamentos” no pacote que tornaram as medidas “mais compreensíveis e mais palatáveis”. As medidas, que seriam divulgadas, a princípio, até a última sexta-feira (9), ainda enfrentam resistência de ministros de pastas ligadas à área social, além de críticas do PT, partido do presidente. Antes de o governo anunciar o pacote, ainda é necessário apresentar as medidas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conforme indicou a

equipe econômica, já que o texto do ajuste será encaminhado ao Congresso em formato de Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O adiamento do anúncio do pacote e incertezas quanto ao apoio de Lula às medidas têm gerado estresse sobre os ativos financeiros brasileiros. Em linha com o exterior, o dólar voltou a subir, encerrando o pregão de ontem em alta de 0,58%, cotado a R\$ 5,769. A moeda norte-americana chegou a oscilar acima dos R\$ 5,80 pela manhã, mas desacelerou no restante do dia, com o foco dos investidores no desequilíbrio das contas públicas.

A redução do Orçamento para despesas obrigatórias e as especulações por parte do mercado se tornaram alvo de críticas pelo PT,

em manifesto assinado com outros 43 organizações e movimentos sociais. O documento, que divide opiniões entre parlamentares da legenda, reprova a “pressão exercida pelo capital financeiro e seus porta-vozes na mídia” na cobrança sobre as medidas de ajuste fiscal.

Também assinam o documento o PDT, PSol e PCdoB, legendas que fazem parte da base histórica de Lula. “Querem cortar na carne da maioria do povo, avançando seu facão sobre conquistas históricas como o reajuste real do salário-mínimo e sua vinculação às aposentadorias e ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), o salário-desemprego, os direitos do trabalhador sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), os pisos constitucionais da Saúde

e da Educação”, diz o texto, que se opõe à redução de recursos orçamentários para programas sociais.

Racha entre aliados

O deputado estadual paulista Emídio de Souza (PT), amigo pessoal de Lula, criticou a postura do partido. “O PT não pode ser oposição do governo”, escreveu nas redes sociais. Em troca de mensagens com outros parlamentares da legenda, ele afirmou que a decisão de aderir ao manifesto foi tomada sem consulta interna aos filiados. Emídio disse ainda que a legenda “não pode fazer de conta que não é governo e nem desconhecer os claros limites do orçamento público”. “Não é razoável que nossos dirigentes propaguem que

as medidas que ora são debatidas no governo, são desnecessárias ou que seriam apenas caprichos do mercado”, defendeu.

As medidas que ora são debatidas no governo, são desnecessárias ou que seriam apenas caprichos do mercado”, defendeu. Ao **Correio**, o deputado federal Alencar Santana (PT-SP) admitiu estar preocupado com o efeito que eventuais cortes na população em situação de vulnerabilidade. “Nós gostaríamos que não houvesse cortes (...) Não dá para dizer que o problema do país são os programas sociais”, disse. “O governo do presidente Lula sempre mostrou um comprometimento com a área fiscal. Mas nós temos vários subsídios na agricultura, no setor econômico, e há gente que não paga tributo como o trabalhador paga”, emendou o congressista. Ele afirmou que uma solução mais “justa” para as contas públicas seria avançar na taxação de grandes rendas.

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), retratou-se após a polêmica e afirmou que o endosso ao manifesto foi para sinalizar resistência às pressões do mercado e de setores da mídia. De acordo com sua equipe, a adesão do partido ao documento “não deve ser lida como crítica ao presidente da República”. A parlamentar, no entanto, que já havia se manifestado contra o corte em entrevistas, disse que Lula “age muito bem, com cautela e muita responsabilidade, resistindo às pressões descabidas dos mercados e de seus porta-vozes na mídia”.

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou que confia nas decisões da equipe econômica e que espera que o PT apoie as medidas e que o partido precisa apoiar o governo “em qualquer situação”. “O partido do governo tem de sustentar o governo em qualquer cenário”, disse ele, durante apresentação do balanço financeiro da instituição. A instituição reportou um lucro de R\$ 19 bilhões de janeiro a setembro — 31,4% acima do registrado no mesmo período de 2023.



RAUL VELLOSO

DÁ PARA ESPERAR QUE ALGUMA DESPESA CONTAMINADA POR FRAUDES POSSA SER CORTADA COMO PARTE DA ANTIGA CONFIGURAÇÃO DE MEDIDAS, PORQUE MUITAS FRAUDES NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS TÊM SIDO RELATADAS E SE TRATA DE ALGO INACEITÁVEL DE SE TER EM QUALQUER PAÍS

Cortes sempre adiados, ajuste ameaçado

Como pode-se perceber pela intensa circulação, nos principais centros políticos do país, e ao longo das últimas duas semanas, de um sem-número de matérias na mídia sobre o supostamente iminente anúncio de um polpudo programa de cortes de gastos pelo atual governo, criou-se, dentro da visão de que tal medida cada vez mais se impunha, uma forte expectativa de que a coisa certa agora caminhará a passos largos e fortes. Será?

Só que, como quase nada se materializa, frustração total... Será que existe uma real disposição governamental para ajustar? Ou é tudo uma mera encenação? Na visão de alguns, trata-se

apenas de fortes pressões por esse tipo de medida oriundas, especialmente de representantes dos mercados financeiros, por sua vez, preocupados com a explosão da dívida pública, que temem ocorrer se tal movimentação pró-gasto-público continuar no atual ritmo aparentemente fora de controle.

Como o governo federal resolveu não anunciar na semana passada, qualquer pacote de novas medidas de ajuste de gastos, conforme se esperava, tudo indica que, depois de tanto bla-bla-bla, isso poderá ocorrer, com maiores chances, somente ao longo da semana que ora se

inicia, ficando no ar as dúvidas sobre o que será o redesenho das medidas que farão parte de uma possível versão final do badalado pacote de cortes de gastos, depois da última semana de debates sobre o assunto dentro e fora do governo.

Com efeito, discutir a partir de agora algum redesenho do pacote original é algo um tanto complicado, por uma razão muito simples: muito poucos podem ter realmente ouvido do governo o que teria sido o “desenho” completo, ou seja, a configuração que seria agora substituída por uma nova e melhorada versão. Vale dizer, quem teria par-

ticipado de todas as discussões das semanas anteriores?

Acho, contudo, que dá para esperar que alguma despesa contaminada por fraudes possa ser cortada como parte da antiga configuração de medidas, porque muitas fraudes na concessão de benefícios assistenciais têm sido relatadas e se trata de algo inaceitável de se ter em qualquer país. Já certas ações de caráter estrutural, especialmente na área da Previdência, podem também ser combatidas, especialmente em casos em que os gastos parecem ter subido muito. Mas é difícil ter colocações precisas, sem se

ter participado ativamente das fases precedentes do mesmo processo. Cabe registrar que, conforme eu mesmo havia apurado anteriormente, somados, o peso dos itens Previdência e assistência social passaram de 28,3%, em 1987, para 68,2% do total, em 2021, último ano em que pude localizar esse tipo de informação, somando algo ao redor de 40 pontos percentuais de aumento. Ou seja, certamente o campo para agir é imenso...

Perguntaram-me em seguida sobre o que eu achava do imaginado emparedamento que muitos do mercado financeiro estariam impondo ao governo no

tratamento desse tipo de assunto. Tudo isso é, contudo, assunto muito delicado para se fazer um julgamento justo desse tipo de comportamento, a não ser em casos muito óbvios, como no caso específico de fraudes.

Para encerrar, retransmito perguntas típicas de encerramento dos que me procuram na mídia: (1) quais as medidas corretas para combater fraudes? (2) Não deveriam as autoridades concentrar os cortes de gastos nos chamados obrigatórios (ou seja, onde há uma obrigação legal para que eles aconteçam)? Vejamos o que ocorrerá na semana que se inicia...